

Entre dualidades e opressões: análises interseccionais da identidade negra e das estruturas de poder nas obras de Lélia Gonzalez, W.E.B. Du Bois, Saidiya Hartman e Mary Douglas

Between dualities and oppressions: intersectional analyses of black identity and power structures in the works of Lélia Gonzalez, W.E.B. Du Bois, Saidiya Hartman e Mary Douglas
Entre dualidades y opresiones: análisis interseccionales de la identidad negra y las estructuras de poder en las obras de Lélia Gonzalez, W.E.B. Du Bois, Saidiya Hartman e Mary Douglas

Francisca Raquel de Oliveira Temoteo¹
ORCID: 0000-0002-5858-4665

Resumo

Este ensaio antropológico tem como objetivo discutir, dentro do campo da literatura antropológica, a interseccionalidade da identidade negra. Quem será Vênus? Será Anastácia? Será a doméstica? A "mulata"? A ama-de-leite? Serão representações visuais que se constroem coletivamente? Será o homem negro escravizado? Será a menina cativa torturada e assassinada, junto a sua amiga, em um navio negreiro rumo às Américas? De quem são essas almas? Com a leitura de Lélia Gonzalez (1983), W.E.B Du Bois (2021), Saidiya Hartman (2020) e de suas vivências, pode-se concluir que todas essas histórias, entre muitas outras que aparecem, constituem várias identidades que não são fixas, mas múltiplas, até mesmo o conceito de simbólico de Mary Douglas (1976) nos fornece outras intersecções que podem ser marcadores de corpos marginalizados histórica e politicamente.

Palavras-chave: Vênus; Gonzalez; Interseccionalidade; Identidade Negra.

Abstract

This anthropological essay aims to discuss, within the field of anthropological literature, the intersectionality of Black identity. Who will be Venus? Will it be Anastácia? The domestic worker? The "mulatto"? The wet nurse? Are these collectively constructed visual representations? Will it be the enslaved Black man? The captive girl tortured and murdered alongside her friend on a slave ship bound for the Americas? Whose souls are these? Through the readings of Lélia Gonzalez (1983), W.E.B. Du Bois (2021), Saidiya Hartman (2020), and their lived experiences, it can be concluded that all these stories, among many others that arise, constitute multiple identities that are not fixed but fluid. Even Mary Douglas's (1976) concept of the symbolic provides other intersections that can serve as markers of bodies historically and politically marginalized.

Keywords: Venus; Gonzalez; Intersectionality; Black Identity.



¹Doutoranda em Antropologia Social - Universidade de Brasília (2024 - atual). Mestra em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021 - 2023), Bacharela em Antropologia (2021) e Bacharela em Humanidades (2018), ambas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNI-LAB). Integrante do Grupo de Pesquisa de Cidadania, Administração de Conflitos e Justiça - CAJU, coordenado pelo prof. Dr Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB). E-mail: rakelwho@gmail.com.

Resumen

Este ensayo antropológico tiene como objetivo discutir, dentro del campo de la literatura antropológica, la interseccionalidad de la identidad negra. ¿Quién será Venus? ¿Será Anastacia? ¿Será la trabajadora doméstica? ¿La “mulata”? ¿La nodriza? ¿Serán representaciones visuales construidas colectivamente? ¿Será el hombre negro esclavizado? ¿Será la niña cautiva torturada y asesinada junto a su amiga en un barco negrero rumbo a las Américas? ¿De quiénes son estas almas? A través de las lecturas de Lélia Gonzalez (1983), W.E.B. Du Bois (2021), Saidiya Hartman (2020) y sus experiencias, se puede concluir que todas estas historias, entre muchas otras que emergen, constituyen identidades múltiples, no fijas. Incluso el concepto de lo simbólico de Mary Douglas (1976) nos ofrece otras intersecciones que pueden ser marcadores de cuerpos históricamente y políticamente marginados.

Palabras clave: Venus; Gonzalez; Interseccionalidad; Identidad Negra.

Introdução

Este ensaio bibliográfico antropológico tem como objetivo discutir, dentro do campo da literatura antropológica, a interseccionalidade da identidade negra por meio de autores caros à análise, como Lélia Gonzalez (1983), W.E.B. Du Bois (2021) e Saidiya Hartman (2020), que demonstram, na escrita de suas histórias, perversos marcadores sociais da diferença criados pelo colonizador para encaixá-los em categorias fixas e cristalizadas. Porém, a interseccionalidade aponta para múltiplas formas de construção e entendimento das identidades negras no percurso da história.

É importante destacar que este trabalho parte de questionamentos evocados durante a prova escrita para seleção do doutorado em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB). Por esse motivo, ele tem a estrutura mais voltada a uma discussão de ideias, a partir da literatura nos dada para a seleção de 2024.¹². Nesse sentido, a estrutura deste ensaio se organiza em etapas distintas. Inicialmente, exploro o conceito de “Dupla Consciência”, seguido pela análise da “Neurose Cultural Brasileira” e pela articulação entre essas duas ideias. Em seguida, discuto a construção de registros históricos das identidades negras, culminando nas considerações finais, em que apresento autores contemporâneos que enriquecem o diálogo e ampliam as reflexões propostas.

Conceituando a dupla consciência e a neurose cultural brasileira

W.E.B. Du Bois foi um sociólogo, historiador, pan-africanista, ativista pelos direitos civis, autor e editor norte-americano, sendo o primeiro negro a entrar na Universidade de



² Existia uma diversidade de obras e temas no edital de 2024.1, fazendo surgir outras análises bastante interessantes sobre o fazer antropológico, o conhecimento indígena e a representação do lugar do “outro”.

Harvard e que obteve o título de doutor em 1895. Foi um autor prolífico, publicando muitos livros ao longo de sua vida, dentre eles produções acadêmicas, novelas e poemas. Du Bois foi precursor do Movimento Niagara³, no qual exercia a função de secretário-geral, e fundou a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), combatendo diretamente questões como linchamentos promovidos contra negros, a discriminação e a exploração colonial, principalmente em relação às Leis Jim Crow⁴.

A coleção de ensaios *As Almas do Povo Negro*, a qual abordarei mais adiante, é um dos seus trabalhos mais importantes e um dos mais conhecidos na literatura afro-americana. No entanto, vale mencionar o *The Philadelphia Negro* (1899), um dos seus primeiros trabalhos que discutem o “problema do Negro” como uma construção racista da própria sociedade norte-americana, acreditando que o capitalismo era a principal causa do racismo. Já em *Reconstrução na América* (1935), o autor desafia uma visão ortodoxa e dominante do problema, desfazendo uma ideia racista de que os negros eram os responsáveis pelos fracassos na reconstrução dos Estados Unidos pós-guerra civil.

Com uma literatura riquíssima a respeito também do racismo, considerando o sexismo como um dos problemas intrínsecos a ele, temos, no Brasil, Lélia Gonzalez, que foi uma historiadora, antropóloga, filósofa e professora, sendo uma das primeiras intelectuais a pensar as relações entre racismo e sexismo na sociedade brasileira. Atuou ativamente na articulação das lutas do movimento negro e feminista e no combate à ditadura militar nos anos entre os anos 1964 e 1985. Nesses mesmos anos, Gonzalez ajudou a fundar, com outras lideranças negras, importantes movimentos de base, como o Movimento Negro Unificado e Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras⁵. Episódios de preconceito, assim como o contato com as ideias de Sigmund Freud e Jacques-Marie Émile Lacan, foram a base para seu interesse político pelas questões raciais e de gênero. Provocativa e fora dos padrões acadêmicos, a produção intelectual de Gonzalez buscava desconstruir o mito da democracia racial no Brasil e revelar as representações estereotipadas a que as pessoas negras são sujeitadas na sociedade.



³ O Movimento Niagara, fundado em 1905 por W.E.B. Du Bois e William Monroe Trotter, foi uma iniciativa que lutou contra a discriminação racial e a segregação nos EUA, defendendo direitos civis plenos para os negros. Ele influenciou a criação da NAACP em 1909.

⁴ As Leis Jim Crow foram um conjunto de normas estaduais e locais nos EUA, vigentes entre o final do século XIX e meados do século XX, que institucionalizaram a segregação racial, impondo separação entre brancos e negros em espaços públicos e serviços, como escolas e transportes.

⁵ O Coletivo Nzinga, fundado em 1983 por Lélia Gonzalez e outras mulheres negras, foi um grupo que lutou por direitos das mulheres negras, promovendo debates sobre racismo e feminismo no Brasil. Utilizando o *Nzinga Informativo*, o coletivo abordou questões de saúde, educação e resistência ao racismo.

A princípio, ao estabelecer conexões entre o texto *As Almas do Povo Negro*, de W.E.B. Du Bois (2021[1903]), e o texto *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, de Lélia Gonzalez (1983), observa-se que os autores abordam questões relacionadas à experiência negra e à luta contra o racismo e a desigualdade racial, embora em contextos diferentes. Du Bois (2021) concentra-se principalmente na condição dos afro-americanos nos Estados Unidos, explorando as implicações sociais, psicológicas e culturais da discriminação racial e da dualidade de consciência vivenciada pela população negra. Por sua vez, o texto de Gonzalez (1983) analisa a realidade brasileira, investigando como o racismo e o sexismo se entrelaçam e perpetuam a desigualdade e a opressão vivida pelas mulheres negras no Brasil. O argumento central de Gonzalez (1983) é que o racismo é assintomático e caracteriza a “neurose cultural brasileira”.

Gonzalez (1983, p. 236) evoca discussões sobre o que seria a “América Ladina”, a interseccionalidade do racismo e do sexismo, destacando a opressão específica enfrentada pelas mulheres negras. A autora descreve a mulher negra como alguém que sofre uma exploração tripla, combinando opressões relacionadas a raça, gênero e classe social. A mulher negra é marginalizada e subjugada não apenas devido à sua cor, mas também devido às dinâmicas de poder de gênero e às desigualdades socioeconômicas. Por outro lado, o conceito de “dupla consciência”, de Du Bois (2021), refere-se à experiência psicológica e social de se ter uma identidade dual e dividida. Essa “dupla consciência” é o resultado da opressão racial e da necessidade de navegar entre diferentes perspectivas e expectativas.

A “dupla consciência” é um reflexo dessa divisão do mundo, pois, se o mundo é cindido, os seres humanos também o são, conforme aponta Du Bois (2021). É importante reforçar o lugar de onde o autor escreve para entendermos esse conceito, que se explica na experiência de ser negro nos Estados Unidos, um país onde a identidade negra está marcada por um processo constante de autoavaliação sob a visão crítica da sociedade branca dominante. Nesse aspecto, a ideia de Du Bois (2021) é discutir esse fenômeno nos campos psicológico e sociológico, lançando luz à percepção de si dividida entre a própria identidade e aquela imposta por uma sociedade racista.

O autor argumenta que, nesse processo, dois fatores se entrelaçam: a identidade dos afro-americanos e a forma como são vistos pelo olhar dos “outros”, ou seja, pela perspectiva dos brancos. O autor descreve esse processo como uma sensação de “dupla visão”, vivência gera um conflito interno, configurando uma tensão existencial, já que a identidade do negro se divide em duas direções: a sua autoimagem, formada pela sua cultura, história e experiência, e a imagem que a sociedade branca lhe impõe, muitas vezes negativa, estereotipada e inferior.

Para Du Bois (2021), as almas do povo negro são almas cindidas, em que a busca pela verdadeira “liberdade” reside em resolver esse conflito interno, buscando um meio de se reconciliar com esses dois pontos de vista, sem ser apagado ou sufocado pela perspectiva branca. Por outro lado, o autor aponta que os brancos também estão cindidos, mas de uma forma diferente: enquanto a cisão do negro é marcada pela necessidade de olhar para dentro e para fora simultaneamente, a cisão do branco é mais um processo de distorção moral e epistemológica. Em outras palavras, a identidade branca é construída sobre a negação da humanidade plena dos negros, algo que gera uma falsa sensação de superioridade, mas que também implica uma alienação moral da sua própria humanidade.

Ainda segundo o autor, a solução para essa cisão não é simples, propondo que os afrodescendentes lutem para reafirmar sua identidade sem se submeter ao olhar do “outro”. A sociedade branca, por sua vez, precisa enfrentar suas próprias contradições, reconhecendo sua dependência da opressão racial para a construção de sua "identidade". Assim, ambos os grupos estão divididos, mas em contextos distintos: os afrodescendentes buscam autenticidade em um mundo que os desumaniza, enquanto os brancos procuram uma identidade fundamentada na negação da humanidade do outro.

O ponto crucial da análise de Du Bois (2021) é que ambas as experiências de cisão (a do negro e a do branco) são entrelaçadas e dependem uma da outra. A identidade de um não pode ser compreendida sem a identidade do outro. Além disso, essa relação entre as identidades é também uma questão de cunho político e histórico. Afinal, os séculos de colonização, escravidão e racismo impõem uma subordinação, e a identidade branca se forma nesse passado de dominação. É possível uma resolução dessa cisão? Como explicitado acima, isso não é algo simples, pois será mesmo que o branco quer refletir sobre sua branquitude? Ele quer questionar as origens de seus privilégios? Ao refletir sobre as complexas interações entre identidades, poder e história, percebe-se que a solução para essa cisão não reside apenas na mudança de um grupo, mas na transformação das estruturas que sustentam essa desigualdade.

Nesse aspecto de uma “dupla consciência”, um olhar de si e outro do colonizador, o conceito abordado por Gonzalez (1983), a “neurose cultural brasileira”, propõe uma reflexão parecida com a de Du Bois, mas em tempo e espaço diferentes. O foco é como as mulheres negras vivenciam essa neurose, a partir de perspectivas atravessadas pelo machismo, racismo e as especificidades culturais da mulher negra brasileira. Nesse aspecto, Gonzalez (1983), embebida das teorias de Freud e Lacan, busca analisar três pontos principais: a neurose enquanto

fenômeno psíquico, o impacto do sexismo e do racismo na formação da subjetividade dessas mulheres, e a reinterpretação da psicanálise para dar conta da opressão múltipla que elas sofrem.

Sigmund Freud (2011), psicanalista austríaco, discute como a supressão das pulsões, muitas vezes associadas ao sexo e à agressão, resulta na criação de sintomas neuróticos, tais como fobias, obsessões e outros problemas psicológicos. O foco está na noção de que a neurose é o resultado de um conflito psíquico inconsciente, comumente ligado a desejos, traumas ou repressões não superadas. Jacques-Marie Émile Lacan ultrapassa Freud e reformula a neurose com base em sua teoria do “estágio do espelho” (Lacan, 1988) e no papel da linguagem na formação do sujeito. Segundo Lacan (1988), a neurose está relacionada ao modo como o indivíduo se forma na rede simbólica da linguagem e do desejo, sendo fortemente impactado pelo olhar do “outro” e pelas regras sociais. Então, a neurose surge da ausência ou da castração, que Lacan relaciona ao fato de o indivíduo nunca conseguir alcançar uma identidade totalizante em relação ao “outro”, seja uma figura paterna ou materna ou a sociedade.

Assim, Lélia Gonzalez (1983) utiliza esses princípios da psicanálise para analisar a vivência das mulheres negras, que, segundo ela, são moldadas por uma dupla castração. Em outras palavras, elas lidam com uma divisão que não é meramente simbólica, mas também material e histórica: são simultaneamente negras e mulheres, sofrendo dupla opressão na sociedade brasileira pós-colonial, que mantém raízes racistas em suas estruturas.

Ambos os conceitos, o de neurose e o da dupla consciência, abordam a complexidade da identidade e da experiência de pessoas negras em sociedades racistas. Tanto Lélia Gonzalez (1983) quanto W.E.B. Du Bois (2021) destacam as camadas de opressão e a necessidade de reconhecer a diversidade de vivências dentro da comunidade negra, desfazendo a ideia de sociedades fixas. Ambos os autores também enfatizam a importância da resistência, do empoderamento e da mobilização política contra as estruturas opressivas que impactam a vida das pessoas negras. Gonzalez (1983) ainda investiga o mito da democracia racial: o que ele oculta? Por que o mito deu tão certo no Brasil? Quais foram os fatores históricos para ele ter tanto sucesso? Com esses questionamentos, a autora evoca o seu aporte teórico sobre Sigmund Freud e Jacques-Marie Émile Lacan, explicitado acima, afirmando que o funcionamento do racismo e do sexismo coloca a mulher negra em um lugar de extrema opressão.

Nesse aspecto, podemos chegar à ideia de síndrome sobre a mulher “mulata”, que pode ser interpretada como um sintoma psicológico resultante da imposição da imagem da mulher negra submissa, sensual e exótica, forjada pelo imaginário colonial. Frequentemente, a mulher negra vê-se obrigada a “se adequar” (Gonzalez, 1983, p. 230) a esses papéis sociais e sexuais,



experimentando um descompasso entre quem ela realmente é e o que lhe é imposto pela sociedade branca, não conseguindo expressar sua identidade de maneira genuína, já que sua subjetividade é fortemente influenciada por estereótipos racistas e sexistas. Nesse aporte, a autora tece ainda críticas ao campo das ciências sociais, dominado por uma elite branca, que “nega estatuto de sujeito humano” (Gonzalez, 1983, p. 232) à mulher negra ao analisar a escravidão, por exemplo.

Ao mesmo tempo, traçando paralelos com Saidiya Hartman – escritora, professora de literatura comparada na Universidade Columbia e autora de livros como *Lose Your Mother* (2006), *Scenes of Subjection* (1997), e *Wayward Lives: Beautiful Experiments* (2019) – discute, na obra *Vênus em Dois atos* (2020), o esforço para reconstruir um passado de quem seria Vênus e construir um futuro como é uma forma de descrever as próprias vivências e violências sofridas e organizadas contra o povo negro no momento presente. A autora aponta para a necessidade de que o presente seja congelado para que o passado possa ser narrado e percebamos o que vivemos agora. O mito de que ela trata é, portanto, o retrato do agora. Então, tanto Hartman (2020) quanto Gonzalez (1983), em contextos e tempos diferentes, enfatizam que a mulher negra deve narrar em primeira pessoa a sua situação na sociedade, seja a sua própria ou a de outras, atentando-se às múltiplas vivências exploradas sem piedade por um processo racista, que se limita a escrever resquícios em arquivos esquecidos de populações escravizadas.

Ao refletir sobre as análises de Lélia Gonzalez (1983) acerca do papel da mulher negra, especialmente no contexto do carnaval, ela aponta que esse papel se manifesta em duas figuras principais: a doméstica e a “mulata”. É nesse contexto que o mito é reforçado durante a festividade. No mesmo dia, e na mesma estrutura social, essa mulher negra, que é relegada a um papel de serviçal e empregada doméstica, assume, nas noites de carnaval, uma nova imagem. Ao ser associada à exaltação da sexualidade brasileira, ela atinge seu “auge” nas revistas e na televisão, sendo retratada como “a Cinderela do asfalto” (Gonzalez, 1983, p. 228). Nesse aspecto, essa mulher negra é encaixada na perspectiva do sensual, do desejo, do pecado. Depois, no outro dia, ela volta a ser subalterna.

Essas duas figuras representam a mesma pessoa. Nesse sentido, voltemos à conexão com o conceito de “dupla consciência” de Du Bois (2021), pois a mulher negra brasileira pode vivenciar uma tensão semelhante. Ela se vê simultaneamente através de sua própria perspectiva e da perspectiva que a sociedade impõe sobre seu corpo. A sexualidade da mulher negra, para Gonzalez (1983), é bastante relevante, destacando que a hipersexualização da mulher negra, incentivada tanto na sociedade quanto na representação na mídia, frequentemente resulta em

um vazio existencial. Nesse cenário, a mulher encontra-se confinada à sua imagem corporal e sexual, sem margem para outras formas de realização pessoal ou profissional.

O texto “Pureza e Perigo”, de Mary Douglas (1976), pode ser incluído na análise, mesmo sendo escrito por uma mulher britânica branca. É necessário ressaltar também que a autora aborda questões diferentes dos textos até agora analisados. Enquanto Gonzalez (1983), Du Bois (2021) e Hartman (2020) concentram-se nas questões de raça, racismo e desigualdade racial, Douglas (1976) aborda a noção de pureza e suas implicações sociais e culturais. Sua obra é um clássico da antropologia que examina como as sociedades humanas lidam com a noção de impureza, estabelecendo categorias simbólicas de puro, e estigmatizando tudo o que é considerado diferente.

A autora explora como essas categorias são construídas e influenciam as estruturas sociais, as relações de poder e as práticas culturais. É exatamente nesse ponto que é possível estabelecer conexões entre os textos ao considerar como as categorias de pureza e impureza estão associadas a construções raciais e de gênero nas sociedades e nas “pseudociências” (Du Bois, 2023, p. 14). Essas categorias podem ser úteis para entender a marginalização, a discriminação e a opressão de certos grupos sociais, incluindo minorias raciais e étnicas.

Pureza e impureza nas relações de poder

Ao se relacionar os textos, pode-se explorar como as noções de pureza, impureza e categorização simbólica são utilizadas para perpetuar estruturas de poder desiguais e reforçar estereótipos e preconceitos raciais e de gênero. As ideias de Du Bois (2021) e Gonzalez (1983) contribuem para uma análise mais aprofundada das dinâmicas discutidas por Mary Douglas (1976), ao trazerem perspectivas e *percepções* específicas relacionadas a raça e gênero. Du Bois (2021) examina a construção social e cultural da identidade negra, incluindo a imposição de estereótipos raciais e a luta contra a discriminação. Nessa perspectiva, podemos dizer que o autor discute como a sociedade branca dominante estabelece categorias simbólicas de pureza e impureza racial, atribuindo valores negativos à negritude. Ao trazer essas análises para a discussão das dinâmicas de pureza e impureza de Mary Douglas (1976), as ideias de Du Bois (2021) ajudam a iluminar como o racismo estrutural⁶ permeia essas construções simbólicas e contribui para a opressão dos grupos raciais marginalizados.



⁶ Segundo Lélia Gonzalez, “É nesse sentido que o racismo — enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas — denota sua eficácia estrutural enquanto estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema na totalidade, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social [...]” (Gonzalez, 2020, p. 29).

Da mesma forma, Gonzalez (1983), quando aborda a interseccionalidade entre raça e gênero nas experiências das mulheres negras no Brasil, além de tirar o eurocentrismo da criação da América Latina ao pensar o conceito de América Latina, reivindica uma herança plural de povos despojados. Com isso, a autora discute como a sociedade brasileira estabelece categorias simbólicas de pureza e impureza, que afetam, de forma desproporcional, as mulheres negras. A perspectiva de Gonzalez (1983) contribui para a análise de Douglas (1976), trazendo uma compreensão mais complexa dessas dinâmicas, ao considerar como essas categorias são construídas e aplicadas de forma interseccional, afetando a vida dessas mulheres e reforçando a opressão e a desigualdade de gênero e raça.

Ao incorporar as ideias de Du Bois (2021) e Gonzalez (1983) à análise das dinâmicas de pureza e impureza de Douglas (1976), é possível expandir a discussão das formas como essas construções simbólicas são moldadas pelas estruturas de poder e como afetam diferencialmente grupos marginalizados, como as populações negras, étnicas e o campo do gênero. Essa abordagem multidimensional contribui para uma análise mais completa das dinâmicas dessas categorias e ajuda a desvelar as interconexões entre raça, gênero e opressão.

A discussão proposta por Saidiya Hartman (2020) é uma grande contribuição, pois essa é uma obra que combina história, memória, teoria crítica e ficção para explorar a experiência das mulheres negras no período pós-abolicionista nos Estados Unidos. Hartman (2020) concentra-se em resgatar as histórias e experiências das mulheres escravizadas para entender como resistiram e recriaram suas vidas em meio à perversidade escravista da época. A autora desafia a visão estereotipada das mulheres negras como vítimas passivas e busca dar voz às suas experiências e agência. Ao relacionar *Vênus em Dois Atos* com os outros textos mencionados, encontram-se pontos de convergência em relação à discussão sobre a construção social da identidade, a resistência às estruturas de poder opressivas e a mobilização política por igualdade e justiça.

Quando Hartman (2020) aborda a fabulação crítica, que significa não permitir que o mito seja a única informação possível na escrita de uma história. Por isso, a autora tenta dar um *zoom* em *Vênus*, observando que, nesse vestígio de vida, há território, deslocamento, há uma voz, mesmo que decodificada. Quando a autora encontra esses vestígios dentro de arquivos em um necrotério, depara-se com a decomposição da matéria, que é incômoda e sensorialmente estranha, expondo que o que atravessa a história vai além da compreensão. Hartman (2020), durante a escrita, tenta curar a trajetória de lembranças da memória, usando a própria narrativa para a memória envenenada, além de trazer a frustração e o fracasso na escrita como motor analítico de seu papel ressuscitador de vidas sem rastros, vidas violadas.

Este é exatamente o movimento que Hartman (2020) faz para voltar ao passado, mesmo em fragmentos, e entender quem foram as Vênus, de modo a traçar o percurso histórico do povo negro no presente. Ao trazer essas perspectivas para o debate, as ideias de Saidiya Hartman (2020) contribuem para a compreensão da interseccionalidade entre raça e gênero, tão caras a Lélia Gonzalez, destacando a importância de uma análise feminista negra que reconheça a especificidade das experiências dessas mulheres e a necessidade de abordar a opressão de maneira interconectada.

O racismo, a neurose e a unificação das almas

De acordo com Du Bois (2021), a raça aparece para o negro como uma unidade espiritual, que vai possibilitar um afrocentrismo posteriormente. A luta do povo negro é importante e, por mais que tentem desconstruir essa ideia de raça e comunidade espiritual, ela tem esse valor nesse momento de mobilização histórica. Há uma unidade de raça espiritual para o negro. E para o branco? Em Du Bois, não há, a única coisa que unifica os brancos, ainda mais no *Black Reconstruction América*⁷, é o racismo. Então, não é a mesma raça que está ali exposta. Há uma unidade espiritual que o autor vê no negro em África ou nos antepassados. Não há antepassados comuns em todos os brancos do mundo, o que os unifica é o racismo.

Nesse entendimento, para Gonzalez (1983), a neurose dos sujeitos negros e brancos não pode ser entendida da mesma forma, principalmente das mulheres negras em relação às mulheres brancas, pois a experiência histórica do racismo e do sexismo condiciona a instauração de suas subjetividades. A “castração” (Gonzalez, 1983, p. 236), no caso das mulheres negras, não é apenas simbólica, como se daria na teoria lacaniana do desejo e do olhar do “outro”. Todavia, trata-se uma castração concreta, que se reflete no modo como a sociedade a observa e a trata. A mulher negra não se vê apenas como uma mulher, e isso impõe a ela uma série de limitações que afetam seu modo de ser no mundo e de ser com os demais.

Ou seja, essa castração simbólica é duplamente operada, de acordo com Gonzalez (1983), no corpo de mulheres negras, por simultaneamente sofrerem as opressões do patriarcado e da marginalização do racismo. Essa dupla violência faz com que a mulher negra viva a neurose de uma forma mais complexa, pois ela se vê “não vista” e/ou malvista nesses dois modos. Assim, ela é reduzida, em muitas situações, a uma representação estereotipada ou desumanizada, afetando profundamente sua saúde mental.

Ao se pensar sobre a história de povos negros e sua ancestralidade, a oralidade consegue realizar uma curva no tempo e fazer com que o arquivo e o vestígio não sejam a única forma de

⁷ Livro de W.E.B Du Bois (1999).

chegarmos a certos fatos. Isso nos faz voltar à escrita de W.E.B. Du Bois (2021), relacionando a oralidade e os cânticos, que o autor adota no início de cada capítulo. Afinal, Du Bois (2021) aborda os conflitos espirituais, e cada cântico introdutório dá luz a questões de libertação, emancipação, unidade espiritual e a luta. Acrescenta-se outra dimensão dessa revolta anunciada por ele: essa unidade espiritual e política também é unidade estética, a música também é uma dimensão da luta do povo negro pela sua unidade, que é justamente o índice da sua libertação, segundo Du Bois. É a unificação das “almas” do povo preto.

A ideia de Du Bois (2021) sobre a libertação, discutida no início deste texto, é de que o racismo produziu o negro e o branco, mas a libertação do negro se dá, justamente, com a negritude. Ela é essa tentativa de estabelecer sua unidade espiritual na luta contra um processo histórico-político-econômico, que é o racismo. Du Bois (2021) utiliza a metáfora do véu para dizer que os brancos precisam dele. Eles só têm existência com o véu e precisam desse mundo dividido para continuar sendo como eles são nesse processo de construção da subjetividade que o racismo encerra. Assim, a noção de unidades espirituais de brancos lutando pela libertação, nesse contexto, envolve entender a libertação como a escravização de outro, como a submissão do outro. Quando uma pessoa branca manifesta sua branquitude sem qualquer questionamento, é justamente para intensificar a violência e a dominação sobre grupos racializados ou considerados subalternos.

Este é um ponto central de convergência nas obras dos autores mencionados: a divisão do poder. No início de seu texto, Gonzalez (1983) já identifica essa relação de poder ao situar o dominador e o dominado, levando-nos a questionar por que o mito da democracia racial tem sido tão bem-sucedido. Em uma situação hipotética, em que pessoas brancas – intelectuais – foram convidadas a falar sobre as pessoas negras, a pergunta é: onde estão as pessoas negras? Estão ao redor, apenas ouvindo. Em dado momento, uma mulher negra, que Gonzalez ironiza com uma referência ao racismo brasileiro – “aquela negrinha atrevida” –, começa a questionar o que estava sendo discutido. Foi a partir dessa pequena cisão que tudo se transformou em caos.

Com essa citação, vemos que algo estava fora do lugar, e, ao passo que se questiona esses espaços, pode-se ver a racialização do poder, seja essa a simbologia de um distanciamento físico entre brancos e não-brancos, seja daqueles intelectuais que detêm todo o conhecimento sobre essa categoria criada de “outro”. Assim, como diz Gonzalez (1983), o lugar da mulher negra na produção intelectual brasileira, na produção teórica, é sempre marcado por um lugar de subalternidade. Alguns autores vão construir a narrativa de que há três espaços possíveis ocupados pela mulher negra na configuração das relações políticas e sociais no Brasil: o corpo para o trabalho, o para o prazer (não dela, mas o patriarcal, o da branquitude) e corpo no lugar

do afeto (mas no lugar da mãe preta, aquela que cuida da casa, dos filhos, aquela que cuida da continuidade da vida da comunidade branca burguesa, desse grupo social que chamamos de burguesia no Brasil).

Nota-se que, mais uma vez, estamos tratando de uma ordem simbólica por meio do conceito de neurose brasileira, que não se limita apenas ao aspecto sexual – como afirma Gonzalez (1983) –, mas envolve também o desejo de uma criança branca em relação à mãe negra, que sempre a maternou. Ou seja, o desejo da criança é direcionado à figura da mulher negra. Nesse contexto, a autora destaca que esse objeto de desejo obscuro do neurótico, na cultura brasileira, será sempre a mulher negra, seja em um aspecto sexual ou na interpretação do desejo materno, tal como na análise de Douglas (1976), que está imersa no simbolismo e toma prescrições religiosas como expressões de um sistema simbólico de classificação do mundo, com lógica e regras próprias.

Com base nos conceitos de Mary Douglas (1976), a sociedade mantém uma ordem simbólica que exige que cada pessoa ocupe rigidamente o seu lugar social, sem permitir misturas ou deslocamentos (o que ela chama de “hibridismo”). Esse sistema classificatório possui uma lógica própria e funciona como uma forma de organização social. Qualquer violação dessa ordem poderia levar ao caos, comprometendo a estabilidade das relações e estruturas sociais. A mulher negra, desse modo, frequentemente se vê obrigada a “se adequar” a esses papéis sociais e sexuais, experimentando um descompasso entre quem ela realmente é e o que lhe é imposto pela sociedade patriarcal branca, o que acaba por criar barreiras para dificultar a expressão de sua identidade de maneira genuína, já que sua subjetividade é fortemente influenciada por estereótipos racistas e sexistas.

Lélia Gonzalez (1983), nesse pensamento, aprofunda suas reflexões com base na psicanálise, como exposto no início deste ensaio, ao sugerir uma reinterpretação das teorias psicanalíticas para compreender a neurose das mulheres negras. Ela condena a psicanálise clássica por ser excessivamente eurocêntrica e por não dar a devida importância às particularidades do racismo e do sexismo estrutural. Segundo ela, a psicanálise precisa ser reconsiderada sob a perspectiva de uma análise crítica da realidade social e histórica das mulheres negras, o que consequentemente demanda uma revisão das categorias psicanalíticas.

Gonzalez (1983) está sugerindo uma (re)interpretação que considere a cultura afro-brasileira e os mecanismos de resistência presentes na experiência das mulheres negras, não só dentro da psicanálise, mas também das ciências sociais. Ela sustenta que a mulher negra, mesmo sob a pressão da neurose, pode descobrir meios de resistência e recuperação via o reconhecimento de sua identidade negra e feminina, que pode ser alcançada com a reconciliação consigo



mesma e com sua trajetória de vida. Com isso, vemos que a cultura afro-brasileira proporciona componentes de resistência simbólica, tais como as religiões africanas, a música e a dança, que podem servir como vias para superar os traumas causados pelo racismo e sexismo.

Ambos os textos até o momento têm em comum o objetivo de questionar estruturas de poder opressivas e buscar a liberação e a igualdade para as populações negras. Eles enfatizam a importância da conscientização, da resistência coletiva e do empoderamento das comunidades negras como estratégias para enfrentar o racismo e promover a justiça social. Segundo Gonzalez (1983), a maternagem dos filhos de brancos foi um espaço onde a cultura negra conseguiu resistir. A autora, com isso, faz uma releitura da mãe preta, que antes era pensada por aqueles intelectuais como uma mulher dócil, subserviente, que serve apenas para amparar física e emocionalmente os filhos das brancas. Mas foi através dessa mulher negra que houve a resistência na cultura brasileira e que foi possível que os elementos da cultura negra conseguissem resistir há séculos e se transformassem em elementos da cultura nacional.

Ao relacionarmos esses quatro textos, é possível explorar temas como uma ordem de classificação sobre perigo, pureza e impureza ordenada pelo cristianismo, que muito perseguiu corpos racializados – sobretudo os de mulheres não-brancas –, considerando-os como não-seres, portanto domináveis e subalternizados por uma hegemonia hétero-branca-masculina-cristã, que ainda persiste em resistir quando se camufla em discursos partidários de extrema-direita e até setores da esquerda liberal, inundando de sensacionalismo a mente de quem os ouve. Durante as análises dos textos de W.E.B. Du Bois (2021), Lélia Gonzalez (1983), Saidiya Hartman (2020) e Mary Douglas (1976), percebemos que o racismo não é só um problema cultural e biológico, mas também um problema político, que tem uma relação direta com a maneira como a sociedade se organiza para moldar as “almas” que habitam o mundo, ou seja, o racismo é um “processo de formação das almas” (Du Bois, 2021, p. 133).

Vamos simplificar ainda mais: Assim, destacam-se alguns pontos: a luta racial, a luta antirracista e a luta intelectual, tanto no campo das ideias quanto no teórico, não podem ser abandonadas. Não existe racismo sem teoria, pois ele necessita de um respaldo teórico para justificar a sua dominação do mundo e unificar os negros enquanto raça subalterna e os brancos enquanto raça superior. Nesse sentido, deve haver uma luta teórica antirracista. É fundamental que se construam ferramentas intelectuais para que os objetivos políticos sejam utilizados como horizonte, com formas e modificações que façam sentido no mundo. Há que se mudar o sentido do mundo e da realidade para que se possa transformar a maneira pela qual as pessoas tomam suas decisões.

Considerações finais



Com o objetivo de analisar e vincular as categorias dos autores Lélia Gonzalez (1983), W.E.B. Du Bois (2021), Saidiya Hartman (2020) e Mary Douglas (1976) dentro do campo da literatura antropológica e da interseccionalidade da identidade negra, aproveito o espaço das considerações finais para incluir mais autores sobre a discussão em torno da identidade, da dupla consciência e da neurose da cultura brasileira, fatores que são atravessados por reformulações de conceitos, categorias e políticas no campo do movimento social negro brasileiro e mundial. Um exemplo disso é a crítica ao conceito de Du Bois⁸ realizada por Frantz Fanon em “Peles Negras, Mascaras Brancas” (1952), além de críticas contemporâneas sobre o binarismo existente entre as identidades branca e preta, sugerindo que a obra de Du Bois (2021) não leva suficientemente em consideração a multiplicidade das identidades dentro da diáspora africana ou das interseções entre raça, classe e gênero.

Apesar dessas críticas, a teoria de Du Bois (2021) continua sendo um marco na reflexão sobre a identidade racial e a opressão, sendo frequentemente revisitada e recontextualizada no estudo das relações raciais. Grada Kilomba (2019), uma mulher negra que concluiu seu doutorado na Alemanha, declarou que a cicatriz do racismo faz com que a imagem social do negro reflita um “Outro” que o branco não deseja ser, e, dessa maneira, a identidade é imposta independentemente do desejo dos indivíduos.

Nesse sentido, a análise de Lélia Gonzalez (1983) acerca da neurose e das mulheres negras proporciona uma contribuição vital para a compreensão da psicologia e da psicanálise sob uma visão interseccional, levando em conta as diversas opressões que as mulheres negras sofrem. Ela sugere uma análise crítica das teorias de Freud e Lacan, considerando a realidade histórica e social da mulher negra, caracterizada por uma complexa cisão identitária e uma batalha contínua contra as exigências da sociedade branca e patriarcal. Assim, entende-se que a neurose das mulheres negras ultrapassa uma questão psicológica pessoal, sendo uma expressão das estruturas sociais e culturais que as subjugam.

As críticas, fundamentadas tanto em obras escritas há séculos quanto em produções contemporâneas, são formas de questionar o sentido do mundo e da realidade, com o objetivo de transformar a maneira como as pessoas tomam suas decisões. Um exemplo disso é o estabelecimento do Dia da Consciência Negra como feriado nacional, que só ocorreu em 2024. As discussões sobre



⁸ O filósofo e teórico negro Frantz Fanon, em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), propôs uma visão mais radical sobre a identidade racial. Embora Fanon não critique diretamente a “dupla consciência”, ele enfatiza como a alienação do negro é ainda mais profunda, indo além da dicotomia da consciência dividida.

feminismos, mulherismo africana⁹, ecofeminismo¹⁰, economia e estética entendem esses campos como questões políticas, que continuam a ser transformadas pela mobilização das populações negras, indígenas, PcD (Pessoas com Deficiência) e LGBTQIAPN+. Esses movimentos são pensados de forma integrada, já que um único indivíduo pode se identificar com todas essas categorias. Assim, essas transformações ampliam os referenciais, ultrapassando bolhas homogêneas e, com otimismo, nos direcionam para uma sociedade menos desigual.

Referências

- DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo: Ensaio sobre a noção de pureza e tabu. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DU BOIS, W. E. B. As almas do povo negro. Trad. Alexandre Boide. São Paulo: Veneta, 2021.
- DU BOIS, W. E. B. O negro da Filadélfia: um estudo social. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. [1899].
- FANON, Frantz. Pele negras, máscaras brancas. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. [1952].
- FREUD, Sigmund. O eu e o id. In: FREUD, Sigmund. O eu e o id, 'Autobiografia' e outros trabalhos. Trad. P.C. Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado Silva et al. Movimentos sociais e urbanos, minorias e outros estudos. Revista Ciências Sociais Hoje. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S. Z.; ARIAS, A. (Orgs.). Pensamento negro radical: antologia de ensaios. São Paulo: Crocodilo, 2020.
- HUDSON-WEEMS, Clenora. Mulherismo africana: uma visão geral. In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. Epistemologias do renascimento africano: Coleção pensamento preto. Vol. III. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019. p. 157-174.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.



⁹ *Womanist Africana* é termo cunhado por Clenora Hudson-Weems (1993), que se refere a uma ideologia que se aplica às mulheres afro-descendentes, fazendo uma crítica às limitações do feminismo. Baseando-se na cultura africana e no afrocentrismo, a autora centra-se nas experiências, lutas, necessidades e desejos das mulheres da diáspora africana.

¹⁰ Termo amplamente trabalhado por Vandana Shiva (1991), sendo o ecofeminismo uma perspectiva que entende os humanos como componentes da natureza, e não como uma entidade distinta dela. Com base na ideia de interconexão por meio da vida, a natureza e as mulheres são entidades vivas e independentes em vez de objetos passivos, explorados e violados pelo poder do patriarcado.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia. Trad. Ana E. Guyer e Beatriz Sosa Martinez. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

Recebido em 06/06/2024
Aprovado em 27/11/2024
Publicado em 31/12/2024